



# **PRÁTICAS DO CIRCUITO INFERIOR, RESISTÊNCIA E ADAPTAÇÃO: A REFUNCIONALIZAÇÃO DOS FIXOS URBANOS NO ENTORNO DO MERCADO CENTRAL DA FEIRA LIVRE DE CAMPINA GRANDE - PB**

---

**Anieres Barbosa da Silva**  
*Universidade Federal da Paraíba*

**Jadiel Lucas Alves de Andrade**  
*Universidade Federal da Paraíba*

## **RESUMO**

O artigo tem por objetivo analisar as implicações espaciais do circuito inferior da economia urbana decorrentes dos pequenos estabelecimentos que circundam o mercado da feira central da cidade de Campina Grande – PB. As análises e reflexões estão pautadas na ideia proposta por Marial Laura Silveira (1996) de que a cidade é uma totalidade que se constitui por duas áreas distintas de mercado, o que aponta necessariamente para uma divisão territorial do trabalho endógena à cidade (ou como coloca Milton Santos, uma economia política da cidade) onde os agentes, a depender de sua força técnica e volumes de capitais, usam o território diferentemente, seja como recurso ou como abrigo. Os resultados obtidos evidenciam que as formas e funções do circuito inferior são diversas, formando um híbrido entre o que Milton Santos (2008) diferenciou entre *circuito inferior central* e *circuito inferior residencial*, e que, ali se instalam por força da centralidade da feira central. Estes estabelecimentos, apesar dos vetores da globalização que chegam à urbe, não acolhem em sua totalidade as inovações do período atual. Portanto, buscar entender o fato urbano em sua profunda segmentação pela teoria dos circuitos significa pensar como os pobres encontram lugar e força para existir.

**Palavras-chave:** Circuito inferior, Refuncionalização espacial, Campina Grande-PB.

## **Lower circuit practices, resistance and adaptation: The refunctionalization of urban fixtures around the Mercado Central and Open-Air Market in the Campina Grande - PB**

---

## ABSTRACT

The article aims to analyze the spatial implications of the lower circuit of the urban economy resulting from the small establishments surrounding the central market in the city of Campina Grande, Paraíba. The analyses and reflections are based on the idea proposed by Marial Laura Silveira (1996) that the city is a totality constituted by two distinct market areas, which necessarily points to a territorial division of labor endogenous to the city (or, as Milton Santos puts it, a political economy of the city) where agents, depending on their technical strength and capital volumes, use the territory differently, either as a resource or as shelter. The results obtained show that the forms and functions of the lower circuit are diverse, forming a hybrid between what Milton Santos (2008) differentiated between the central lower circuit and the residential lower circuit, and that they are installed there due to the centrality of the central market. These establishments, despite the vectors of globalization that reach the city, do not fully embrace the innovations of the current period. Therefore, seeking to understand urban reality in its deep segmentation through circuit theory means thinking about how the poor find a place and strength to exist.

**Keywords:** Lower circuit, Spatial refunctionalization, Campina Grande-PB.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo propomos uma reflexão sobre a manifestação do território usado pelos agentes do circuito inferior, a partir das atividades reproduzidas em pequenos estabelecimentos comerciais localizados nas ruas que circundam o mercado da feira central da cidade de Campina Grande, na Paraíba.

Para isso, nos baseamos em dois pressupostos: a) a centralidade da técnica, onde procuramos entender a sucessão e a superposição dos meios geográficos no território citadino, pois as características da sociedade e de seu espaço geográfico a cada período mantém correlação com o estado das técnicas (Santos, 2017). Partindo desta mediação, o processo de centralização e conformação da área central na cidade de Campina Grande há muito está consolidado e foi resultado da emergência do meio técnico no período de ascensão da economia algodoeira, e a refuncionalização que buscamos apreender é um dado expressivo no meio informacional; b) a noção de divisão territorial do trabalho na escala intraurbana por consideramos, a partir de Silveira (2004), que a cidade não pode ser entendida a partir de uma única área de mercado, mas sim uma coexistência e superposição de trabalho morto e repartições do trabalho vivo em que cada agente utiliza o meio construído a partir de suas forças, seja como abrigo ou como recurso.

O nosso olhar não se direciona para o mercado da feira, mas sim aos pequenos estabelecimentos que possuem e exigem um grau mínimo de organização para atividades de produção, comercialização e prestação de serviços. Estes estabelecimentos se aglomeram ao longo das seguintes ruas: a) Manoel Pereira de

Araújo, b) Marcílio Dias, c) Deputado José Tavares, d) Cristóvão Colombo, e) Dr. Carlos Agra, f) Capitão João de Sá. O desenvolvimento das atividades de baixa capitalização no meio construído em discussão dá-se por força da feira, que ainda exerce centralidade local e na hinterlândia da urbe.

O entorno da feira se constituiu no objeto de análise porque é lá que, de forma mais expressiva, visualizamos a presença do circuito inferior da economia urbana materializada em estabelecimentos comerciais. Há um processo de refuncionalização que se traduz na alteração da razão de uso de um conjunto de objetos residenciais e antigos galpões que, pela generalização mercadológica, materializada na expansão do consumo, passa a acolher funções e conteúdos ligados ao comércio e à oferta de serviços, tornando-se cada vez mais estranhos às suas funções primeiras.

Tais estabelecimentos, assim como a feira – que acompanhou todo o desenvolvimento da urbe – apesar de suas formas rugosas e, por isso, se constituírem como resistência aos vetores da modernização atual, terminam por ser permeado em alguma medida pelas variáveis do período da globalização, o que conduz às transformações no espaço de nosso tempo, acolhendo o novo e combinando-o com formas pretéritas.

A transformação morfológica e funcional dos fixos geográficos refuncionalizados é posta em movimento pela reprodução das atividades do circuito inferior da economia urbana, que encontra condições favoráveis de se desenvolver em um meio construído relativamente desvalorizado e, por ora, desinteressante aos grandes agentes hegemônicos. Lá, são realizadas atividades de micro e pequenos estabelecimentos (sobretudo familiares), configurando uma microrepartição do território usado. Essas áreas onde o espaço é mais repartido se caracterizam por uma intensa circulação de pessoas e dos transportes, capitais, ideias e informações, condição ideal para a realização e coexistência dos circuitos da economia urbana.

No caso do circuito inferior, são estabelecimentos de capital reduzido e organização simples, como, por exemplo, marcenarias, serviços de conserto de aparelhos eletrônicos, lojinhas de vestuários, lanchonetes, sucata e recicláveis, miniboxes, pequenos restaurantes etc. Neste espaço rugoso há uma parte dos estabelecimentos, seja qual forem seus conteúdos funcionais, que incorporaram objetos técnicos-informacionais já banalizados para a realização dos negócios, evidenciando, assim, a presença da globalização pela tecnificação do espaço banal.

Por fim, acreditamos que pensar as implicações espaciais do circuito inferior nos permite entender como os atores não hegemônicos, os que pouco tem e por isso pouco podem, encontram lugar na cidade contemporânea que tem sido cada vez mais fragmentada, dividida e mercantilizada.

### **Os dois circuitos da economia urbana: surgimento e redefinições no período atual**

A teoria dos dois circuitos da economia urbana como caminho proposto de método para a reflexão sobre as cidades dos países periféricos começou a ser elaborada

ainda no final da década de 1960, quando Milton Santos esboçava que a cidade era uma totalidade formada pela existência de um circuito moderno ao lado de um circuito tradicional. Contudo, por serem os termos “moderno” e “tradicional” portadores de ambiguidades e significados distintos, adotou o autor, posteriormente, os termos de “circuito superior” e “circuito inferior”.

Santos (2008), afirma que os circuitos são resultado da modernização tecnológica realizada desigualmente no espaço dos países dependentes<sup>1</sup>. Assim, os circuitos são uma realidade dos países do sul global.

Um dos circuitos [o superior] é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro [o inferior] é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (Santos, 2008, p. 38).

O autor ainda ressalta que a teoria dos circuitos não explica apenas o funcionamento da cidade, mas também elucida as relações que a cidade mantém com sua região de influência e com outras cidades. São os circuitos de produção, circulação, distribuição e consumo que alcançam circuitos espaciais distintos no território, uma vez que, eles são as “[...] expressões das clivagens presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos *constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho*” (Montenegro, 2006, p. 11, grifo nosso).

Os dois circuitos, portanto, são definidos por um conjunto de atividades realizadas em dado contexto e pelo setor da população que dele se utiliza através da produção e consumo. Os elementos que os distinguem – e que asseguram sua atualidade – são: *os níveis de capital, tecnologia e organização* utilizados no desenvolvimento das atividades, “quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior” (Montenegro, 2011, p. 152). Apesar da diferença, é importante destacar a interdependência e indissociabilidade dos circuitos por meio de relações de complementaridade, porém, a complementaridade dos circuitos não substitui a concorrência e hierarquia que o circuito inferior é submetido. Assim, ele é profundamente subordinado e depende da conjuntura criada pelo superior.

No que se refere a essa dependência, Santos (2013) adverte que:

[...] uma melhoria no mecanismo de trocas muito pouco significará se o fluxo da mais- valia continuar empobrecendo uns e enriquecendo outros. [...] A eliminação da situação de

dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior só será possível com uma mudança estrutural. O ideal, evidentemente, seria que ‘o circuito inferior se tornasse menos inferior, mas isso só poderia ocorrer se o circuito superior se tornasse menos superior’. Do contrário, a situação de dependência continuará e até se agravará, embora sob formas diferentes (SANTOS, 2013, p. 71, grifo do autor).

Destarte, se o circuito superior comporta as atividades vinculadas à expansão do meio técnico científico e informacional, com vistas à ampliação da acumulação de capital, o circuito inferior também contribui, porém, a partir de atividades menos capitalizadas, como asseverou Milton Santos (2013, p. 64) em nota de pé de página: “uma coisa é certa atualmente: os artesãos e os pequenos comerciantes participam, de bom grado ou não, do processo global da economia capitalista”, e por isso o crédito desburocratizado é indispensável ao consumo das massas, já que a classe subalternizada não acumula renda (Montenegro, 2011) Tal fato fora apontado por Milton Santos (2008), quando sublinhou que:

A maneira pela qual o circuito inferior opera está diretamente ligada à maneira pela qual o circuito superior opera em todos os níveis: local, nacional e internacional [...] a economia urbana da pobreza, isto é, o circuito inferior, é explorada pelo outro setor através das condições do comércio, que limita a capacidade dos pequenos fabricantes de se desenvolverem cumulativamente durante períodos prolongados. Na verdade, é preciso ir ainda mais longe, pois a provável função essencial do circuito inferior é difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior a poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo (Santos, 2008 p. 70, grifo nosso).

Naquele momento, em meados da década de 1970, Milton Santos destacou como atividades mais expressivas do circuito superior: bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Tais atividades se caracterizavam pela monopolização, no qual o essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam, tendo por cenário a formação nacional e o exterior. Este é um circuito de alta capitalização e potente capilaridade, visto que engloba as atividades desenvolvidas para servir ao progresso tecnológico, financeiro e industrial, e, à população que dele se beneficia.

Com o aprofundamento e adensamento da divisão internacional do trabalho, no período da globalização, Silveira (2015) nos sugere que dada à centralidade da técnica e das finanças deve-se incluir a este circuito as corporações globais, multissetoriais, firmas do *entertainment*, sistema financeiro e fundos de

investimentos. Trata-se de novas atividades dominantes que caracterizam o período mencionado.

Quanto ao circuito inferior, este é formado por atividades de pequena dimensão voltadas, sobretudo, às populações pobres. Trata-se de formas de fabricação por capital pouco ou nada intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo pequeno comércio não moderno, que compõem atividades fixadas em pontos ou circulando por intermédio dos ambulantes. Ele concerne aqueles que parcial ou nada se beneficiam do recente progresso tecnológico (MONTENEGRO, 2011).

Ao contrário do circuito superior, este sistema é “bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (SANTOS, 2008, p. 22). Este é um dado marcante da escalaridade do circuito, apesar de que, como destaca Montenegro (2009), na fluidez contemporânea o circuito inferior tende a participar de circuitos espaciais de produção mais abrangentes.

De acordo com Santos (1977), tanto o circuito superior quanto o inferior são dados constitutivos da conjuntura espacial. O superior cria tal conjuntura utilizando o território para fins corporativos. Por outro lado, o inferior só pode se adaptar a ela, podendo apenas utilizar o território apenas como abrigo. O autor destaca ainda que, embora as transformações no interior dos sistemas ocorram de maneira mais acelerada no circuito superior, é necessário atentar para o fato de que o subsistema não moderno (inferior) é dotado de racionalidade e, por isso, adquire novas feições em função das circunstâncias impostas.

Nesse contexto, insistimos que a definição e a compreensão de cada circuito não podem se restringir apenas à enumeração, ou isolamento, de seus elementos, pois sua concretude se dá necessariamente a partir do conjunto das atividades realizadas e pelo setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo, visto que “cada circuito aparece como um subsistema; quando consideradas dentro da economia urbana total, cada circuito aparece como um complemento do outro. Há interação entre os dois circuitos, ainda que o circuito superior seja dominante” (SANTOS, 2008, p. 52-53).

A simples caracterização não constitui a compreensão da totalidade existente, mas, tendo clareza da imbricação entre os sistemas, podemos apontar como horizonte de método em nossas análises que as formas de funcionamento do circuito superior serão sempre intensivas em capital e tecnologia, o que possibilita “o controle da economia por inteiro” (SANTOS, 2008, p. 47). Por este motivo, a realização do circuito inferior estará sempre sob o jugo das normatizações impostas verticalmente pelo circuito moderno.

Em relação aos três elementos fundamentais dos circuitos (tecnologia, capital e organização), o circuito superior opera por meio de crédito bancário no qual as grandes firmas criam e controlam seus bancos como uma forma de monopolizar as atividades. O subsistema não moderno também depende de crédito bancário, todavia, o volume de crédito conquistado é ínfimo, por isso, os agentes deste circuito não possuem condições de acumulação ou de movimentação intensa.

O sistema moderno, por sua vez, se constitui por organização burocratizada, o que explica relações de trabalho e de comércio impessoais, inflexíveis e hierárquicas, restringindo a possibilidade de barganha. Já no circuito inferior, a organização burocratizada é dispensável, pois são pelas relações contíguas que ele pode se reproduzir. Sendo assim, no subsistema superior se utiliza tecnologia importada de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo”, sendo frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada (SANTOS, 2008).

A forma distinta de funcionamento de tais variáveis conduz a igualmente distinta relação com o dinheiro e com o lucro. No circuito superior trata-se de uma questão de acumulação que garante, conforme Silveira (2004), a reprodução do segmento de dada atividade e renovação dos instrumentos produtivos e do aparelho tecnológico, como também e cada vez mais recorrente, o investimento em outros segmentos de atividades.

Já no circuito inferior, a acumulação sequer existe, pois "trata-se antes de tudo de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna" (SANTOS, 2008, p. 46). Os volumes de dinheiro adquirido não ultrapassam o limite da sobrevivência.

O funcionamento do circuito superior está baseado nas necessidades de uma produção capital intensiva, no âmbito local ou exógeno. As suas firmas dispõem dos meios suficientes para criar novos gostos e atrair a clientela, dessa forma, criam e impõem a demanda. Já o circuito inferior, ao contrário, decorre das necessidades de consumo de enorme cifra da população urbana com baixo nível de vida.

Estes níveis de organização, capital e tecnologia condicionam diretamente a forma e a capacidade de ação dos agentes econômicos. Ainda é um fato que a maioria dos agentes do circuito inferior só pode agir localmente, é na escala do lugar e na região que as atividades desse sistema se integram. Por outro lado, o circuito superior apesar de agir localmente, suas atividades se conectam com as de outras cidades de maior relevância. Até mesmo as metrópoles dos países periféricos se integram com as de países estrangeiros para obter insumos e tecnologia (Santos, 2008), seu comando é sempre alheio ao lugar.

Dentro das grandes cidades, os fluxos dos circuitos não são indiferentes ao meio construído e obedecem a uma divisão territorial do trabalho. Desse modo, os atores dos circuitos encontram localizações diferentes que, por sua vez, definem sua capacidade de produzir e consumir, revelando os acontecimentos que culminaram na segmentação. O espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação revela-se como território usado (Santos; Silveira, 2001), onde cada ator a partir de sua força econômica encontra lugar.

Esses usos do território se realizam de forma dialética (Montengro, 2006; SILVEIRA 2015; SANTOS, 2017), envolvem relações de complementaridade e concorrência, conformando esse espaço de todos. É assim que Silveira (2017) faz uma leitura da cidade como um *enorme espaço banal*, uma grande área segmentada de mercado,

um espaço uno, mas fragmentado, onde nem mesmo as “ciudades que reconstruyen su presente a imagen de las variables hegemónicas están formadas solamente por el sector moderno (circuito superior), sino también por un circuito inferior, que no es un freno a la modernización sino su resultado [...]” (Silveira, 2004, p. 8).

Portanto, assumindo que a cidade é o todo em permanente movimento, composta de coisas e pessoas, objetos e ações, em movimento desigual e combinado, todas as atividades encontram o seu lugar. As ruas que margeiam o mercado central da feira (nosso objeto de estudo) configuram o lugar do trabalho não qualificado, pouco rentável, que produz bens e presta os serviços mais comuns torna possível a sobrevivência de uma considerável massa populacional. As páginas que se seguem, tentam elucidar os processos pretéritos que conformaram este “reino do circuito inferior” na área central da cidade de Campina Grande, e, o modo como, no espaço de nosso tempo se configura neste recorte: o circuito não moderno e sua relação com o ambiente construído.

#### **Do meio técnico ao meio técnico científico informacional: desenvolvimento da economia urbana e a conformação da área central em Campina Grande**

A economia algodoeira se insere no processo de formação socioespacial de Campina Grande entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Esse foi o recorte temporal onde a circulação do algodão foi mais expressiva no espaço campinense, tendo como apogeu o período em que a urbe esteve como ponta de trilhos (1907-1957), cuja pujança mercantil foi responsável por um conjunto de modernizações que a cidade recebeu ao longo do século XX.

Na divisão territorial do trabalho do circuito internacional têxtil, a cidade de Campina se especializou a partir do início dos anos de 1900<sup>ii</sup> em funções da captação, do beneficiamento e da distribuição do algodão vindo das áreas adjacentes, e que tinham como destino final o porto do Recife, atingindo cifras que fez de Campina, em alguns momentos deste período áureo, “a segunda maior praça mundial de comercialização da fibra dessa malvácea, perdendo só para Liverpool, na Inglaterra” (Farias; Costa, 2023, p. 14).

Dado o contexto de inovações no capitalismo industrial, a modernização dos transportes não poderia ser outra, senão a construção de estradas de ferro. A ferrovia foi uma prótese técnica<sup>iii</sup> muito almejada por parte da elite brasileira, porque em uma época de transportes precários aonde a única forma de comunicação e de fluxos de mercadorias entre as áreas se dava por meio de tropas de animais e cabotagem. A estrada de ferro era um objeto símbolo da modernidade e demasiadamente funcional à circulação de produtos, cumprindo, portanto, importante papel no escoamento da produção agrícola brasileira para o mercado externo.

Este sistema de ações que modernizou o transporte do algodão foi, no entendimento de Costa (2003), o fator da integração do espaço campinense ao

mercado algodoeiro externo, e, como sublinha Cardoso (1963), responsável por consolidar Campina Grande como capital regional. Até a chegada da ferrovia em 1907, Campina Grande era um pedaço do território nacional marcado pela temporalidade dos homens lentos, no qual a circulação da mercadoria era pouco fluida e o dinamismo da vida social era de caráter provinciano.

Após o desenvolvimento do sistema de transporte, muitos negociantes e tropeiros do algodão deixaram importantes praças de comércio, a exemplo Mossoró-RN, e dirigiram-se para Campina, tornando-a o principal centro regional deste produto. Aranha (1991), em mesmo sentido, ao afirmar as implicações da ferrovia para a especialização campinense no comércio do algodão, destaca que:

[...] para essa praça convergia praticamente todo o comércio do interior de além-trilhos, na direção do oeste paraibano e de algumas áreas dos chamados Estados limítrofes. Desta forma, inúmeras áreas interioranas são polarizadas por Campina Grande, que realiza, através da estrada de ferro, a circulação mercantil entre as áreas sertanejas e as praças portuárias (Aranha, 1991, p. 3).

Nesse contexto, ocorreram as maiores metamorfoses do quadro urbano da cidade e a instalação de modernos objetos como: indústrias têxteis, fábricas de óleo e sabão, bancos, hospitais, cinemas, bonde, telégrafo e luz elétrica. Campina Grande passou a apresentar nas primeiras décadas do século XX um espaço híbrido entre objetos maquímicos e formas rugosas de produzir.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, o governo Vergniaud Wanderley projetou e executou obras que alteraram profundamente a estrutura da urbe, modificando o traçado original das primeiras ruas que seguiam os antigos caminhos do gado, o estilo arquitetônico colonial muito representativo das oligarquias e, sobretudo, delimitando as ruas comerciais e redefinindo os lugares de morar e de comercializar.

O processo de transformação da estrutura do centro primaz nas décadas de 1930 e 1940 constituiu uma *Área Central* na cidade, dando a ela contornos, formas e funções. Os sobrados, em obediência às normatizações, transformaram as principais ruas centrais – que era o reduto das famílias tradicionais campinenses, mormente a Rua Maciel Pinheiro – “em majoritariamente comerciais e de serviços, geralmente com loja embaixo e depósitos ou salas comerciais em cima, e foram o resultado dos esforços que agiram em prol da separação das funções urbanas no município” (Queiroz, 2008, p. 197).

O plano de reforma da área central na gestão Vergniaud Wanderley teve como horizonte retirar do centro tudo o que fosse “sujo”, “atrasado”, “fétido” ou “imoral”. Uma das atividades que precisavam ser expulsas da área central era a feira livre, onde toldos, barracas, velharias e sujeira tomavam as calçadas.

Conforme Fábio Gutemberg de Souza (2001) que escreve sobre as minúcias do período da reforma em Campina Grande, em 03 de setembro de 1941, saiu uma nota no jornal *A União* que anunciava a relocação da feira que se espalhava pelas principais ruas comerciais do centro – Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e Praças Epitácio Pessoa e Lauritzen – para o mercado novo localizado na periferia Leste da cidade, onde se localizavam os currais e a feira de gado do bairro das Piabas, nas proximidades do Açude Velho. Esta se tornou a localização definitiva da feira, que perdura até este momento.

Essa lógica de ações que termina por dar os contornos da área central está dentro do quadro que Diniz (2018) pôs como revitalização do centro da cidade, rejuvenescendo-a, expulsando as atividades impuras, como a feira livre, o cemitério, a cadeia e os cabarés, bem como a afastando de seus resquícios coloniais e adaptando-a para receber homens de negócios e exportação do algodão.

A nota do jornal *A União* dizia que a medida do prefeito Vergniaud Wanderley atenderia aos justos anseios da população, o que, em nossa leitura, falseia os conflitos de interesses e arbitrariedades da reforma. Na visão da nova elite havia um conjunto crescente de problemas que se manifestava, a partir dos anos de 1930, nestas ruas centrais em relação à salubridade. Conforme Souza (2001, p. 262),

o lamaçal e os buracos das ruas e becos centrais; as casas de couro verde aí localizadas, que tornavam o ar fétido e atraíam urubus; a necessidade da construção de um matadouro afastado do centro urbano, onde o gado fosse abatido dentro dos preceitos modernos de higiene; a construção de uma cadeia pública higiênica e fora da área central; campanhas e denúncias contra leprosos, mendigos, loucos, que circulavam livremente pelas ruas; a retirada do meretrício das ruas centrais e sua localização em uma área suburbana e isolada etc.

A feira sempre foi sintomática e representativa da dinâmica econômica e do *modus vivendi* em Campina Grande. Até a reforma e sua respectiva inserção em um mercado público, percorreu os primeiros arruamentos da cidade, espalhando-se pelas vielas, becos e travessas, ou tomando a frente das residências e mercados na área central e adaptando-se ao advento dos meios geográficos que se sucederam e superpuseram-se (Maia, 2017).

A transferência do local de acontecimento da feira é um dos aspectos do processo em discussão porque ela também se constituiu, dentro do meio técnico campinense e da reforma, em lócus de atração mercantil tão arrojado quanto o centro onde se realizava o consumo de itens não tradicionais. Assim, ela compôs a área central, porém em uma posição periférica espacial e social.

A feira em sua forma histórica de desenvolvimento fazia parte de outra lógica de produção e circulação das mercadorias, uma vez que estava ligada ao modo não moderno, local e de rudimentar estado da técnica. Por isso, só é possível enxergar os dois circuitos na feira na década de 1970, período em que vetores modernos do comércio se instauram no território campinense em decorrência do declínio do tradicional comércio atacadista, responsável por consolidar a cidade como polo regional (DINIZ, 2004). Trata-se da chegada dos mercadinhos e seu modo varejista de mercadejar, inclusive, sob a relação de oferta de crédito, tais eventos são produto de um meio geográfico caracterizado por profunda interação entre técnica, ciência e informação que, sob a égide capitalista, torna o mercado uma realidade global.

Nesse novo meio geográfico, conforme Santos (2017), os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais. Os nexos citados (ciência, técnica e informação) estão na própria base da produção do uso do território e na constituição de seu substrato, ele é a dimensão espacial do processo de globalização, porque marcado pela força da multinacionalização das firmas, pela internacionalização da produção e do produto, pela generalização do crédito desburocratizado, pela economicização da vida social e pelo frenesi da circulação, fator essencial da acumulação que, junto à revolução da informação, liga instantaneamente os lugares (Santos, 1997).

O embrião de um circuito superior na área da feira tradicional ocorreu a partir da chegada de empreendimentos, mais especificamente com a instalação do mercadinho *Dom Dom*, que, segundo Costa (2003), foi pioneiro na modalidade do varejo e em pouco tempo expandiu-se em rede pela cidade, tendo outras instalações nas praças da Bandeira e Felix Araújo e nas zonas próximas da feira do bairro da Liberdade. Passada uma década, a presença dos supermercados cresceu exponencialmente tanto na área central quanto em vias importantes e bairros periféricos. Esses objetos indicavam a entrada de novos capitais e de outra lógica de comercialização, cuja razão foi necessariamente alheia ao lugar.

Este circuito de atividades superiores e mais capitalizadas, bem como de organização complexa e concentradora, ao ampliar cada vez mais seu uso sobre os recortes da cidade, rivalizaram e subordinaram as formas não modernas de comércio, como a tradicional feira central, bodegas e quitandas. Assim, com a emergência, ainda que incipiente, destes vetores do meio informacional na cidade constituiu-se dois circuitos da comercialização alimentícia. Como bem expressa Costa (2003, p. 123),

Nota-se a partir de então uma ruptura no comércio varejista. A Feira se delinea como parcela tipicamente do circuito inferior, enquanto que os supermercados, ainda que comercializando os mesmos produtos, destina-se claramente a uma clientela selecionada, com maior poder de compra e fácil acesso ao crédito pessoal, portanto, configurando-se como uma atividade do circuito superior da economia.

Este prenúncio de mudança do território campinense ressaltado por Costa (2003) só foi concretizado na passagem da década de 1980 para a de 1990, devido à instalação de um conjunto de objetos tecnológicos, a exemplo do Parque Tecnológico da Paraíba (1988), dos provedores de internet, que tinham por objetivo de alavancar a produção científica e tecnológica, e a instalação do Shopping Center Iguatemi (inaugurado em 29 de abril de 1999) que almejava modernizar a urbe. Ainda conforme o referido autor, este último objeto técnico<sup>iv</sup> é o elemento que melhor expressa à racionalidade do novo meio geográfico devido ao seu forte conteúdo simbólico e mercantil, dando a Campina Grande feição de cidade moderna.

É a partir da implantação dos sistemas desses objetos que se configura a existência do meio técnico-científico em Campina. Um dos aspectos da informatização do território impressos na sua área central foi, conforme a leitura de Costa (2003, p. 64), o “rápido processo de transformação das ruas Irineu Joffili e Miguel Couto, onde a presença de lojas que vendem materiais de informática passa a esboçar uma especialização para estas ruas, que eram tipicamente residenciais”. Continua o autor, em outro trecho:

Outra característica apresentada pelo comércio campinense é a presença de pequenas lojas em galerias, que proliferam tanto na área central, propriamente dita, como na periferia imediata ao Centro, inclusive com a *adaptação de velhos casarões que são reformados para atender a nova função*, mas que conservam parte da fachada, constituindo-se em verdadeiros testemunhos sobrepostos, que dão concretude a história de tais objetos (COSTA, 2003, p. 68, grifo nosso).

Esse processo de mudanças se traduz, em outros termos, no sistema de ações se refazendo sobre as formas rugosas. Este sistema é comandado pelo modo de produção dominante, porém não se realizou de forma indiferente ao que já existia naquelas ruas centrais. Neste sentido, a resposta do lugar às exigências do modo dominante foi a negação das funções primeiras dos objetos residências e sua respectiva transformação funcional para atender aos imperativos da nova divisão social e territorial do trabalho sob o meio informacional, sem a destruição e reconstrução das formas.

Outro ponto que elencamos como evento notável do desenvolvimento do circuito inferior na área central foi a migração da população trabalhadora para o setor terciário, em razão da crise industrial que a cidade passou na década de 1980. Muitos trabalhadores dispensados pela indústria foram encontrar meios de sobrevivência no comércio da área central.

Milton Santos (2008) entendia que as situações de pobreza existentes nos países pobres são em grande parte geradas por uma ação conjugada entre estruturas monopolísticas e o fazer do Estado, o que agrava o modo de vida da população

economicamente pobre. Insiste ele que o nosso modelo de crescimento econômico monopolístico (um modelo importado e agravado pelo neoliberalismo) é responsável por uma distribuição cada vez mais injusta, o que impede a expansão do emprego e de um forte mercado interno.

A partir da década de 1980, o Brasil adota um modelo industrial poupador de mão de obra e que já não é mais capaz de acolher a grande população migrante que chega à cidade. A indústria em sua condição dependente deixa de ser intensiva em trabalho para ser em capital e tecnologia. O modelo da modernização do território e da economia é acompanhado de imperativos no plano tecnológico que impedem a expansão do mercado de emprego. Sendo assim, “se esse modelo está longe de ser perfeito nos países desenvolvidos, é aberrante para os países subdesenvolvidos e provoca um crescimento industrial acompanhado do aumento do subemprego e do não-emprego” (SANTOS, 2008, p. 192).

Como destacado por Lima (1996), Campina Grande participou ativamente do processo de industrialização da região Nordeste no início da segunda metade do século XX, mas, devido a política econômica do governo militar, entrou em colapso – após 1965 – por dois motivos: o primeiro foi a baixa quantidade de projetos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e o segundo, ligado ao primeiro, a mudança na política tributária que privilegiou as capitais dos estados em detrimento de cidades de porte médio. Estas mudanças econômicas reverberaram uma situação insustentável a partir do final da década de 1970, tendo como corolário o agravamento do desemprego e a estagnação do desenvolvimento por qual Campina Grande historicamente vinha construindo a partir da economia algodoeira.

A questão do desemprego na cidade, problema comum à urbanização tardia e concentrada, condicionou a expansão de outras formas comerciais de baixa capitalização que estavam no limite da sobrevivência, espraiando-se pelo tradicional espaço comercial da cidade que representou uma estrutura de “acolhimento” à massa da população que não mais pode encontrar ocupação no setor dito “formal”, e sujeitando-se as mais variadas formas de precarização do trabalho.

O fato mais notável da crise foi o fechamento da *Wallig Nordeste* em 1979, que empregava de forma direta cerca de 1500 pessoas e uma produção mensal de 22.500 fogões. Depois da indústria de fogões, fecharam também a *Cooperativa Regional do Sisal* – que administrava fábricas de corda, de beneficiamento de leite, de algodão, frotas de veículos pesados e uma rede de supermercado –, *Sanbra*, *Susy*, *Bravisa*, *Sanca*, *Mimonor*, *Sibral*, *Fracalanza*, *Incopresa* e *Fibrasa* (LIMA, 1996).

Silva (2020, p. 87), ao analisar as implicações da crise da indústria sobre Campina, ressalta que:

[..] a problemática em torno do desemprego acabou por permitir a expansão de outras formas comerciais, sendo estas desenvolvidas por estratos inferiores de renda que ocuparam o tradicional espaço comercial da cidade, principalmente através do comércio dito enquanto 'informal', de modo que este tipo de organização lhes assegurasse uma real possibilidade de sobrevivência, como ocorreu no Calçadão da Rua Cardoso Vieira.

Como sugerido pela autora supracitada, a crise da indústria, evidenciada claramente no início da década de 1980, representou o embrião do circuito inferior na área central, já que o comércio ambulante e camelôs cresceram vertiginosamente nas praças e largas ruas da área central, como alternativa ao desemprego que se consolidara. Além das atividades terciárias, outras atividades pouco capitalizadas se expandiram. De acordo com Lima (1996, p. 89), tais atividades se referiam à produção de tecidos e vestuários, mobiliários e serviços de reparo geral, instalados em fabriquetas nos fundos de quintais. Ainda, conforme Lima (1996, p. 89), "no final de 1995, a cidade contava com 2.500 vendedores ambulantes e 500 vendedores praticistas que se concentravam, sobretudo, nas ruas centrais".

O desemprego que se firmou sem precedentes na cidade, além de proliferar os camelôs nas calçadas das ruas centrais, também gerou o aumento dos empreendimentos familiares dos mais variados tipos: pequenas lanchonetes, salões de beleza, mini restaurantes e pequenas marcenarias, que coexistiam com o uso residencial em vias que cortam o centro, a exemplo das ruas Getúlio Vargas e Treze de Maio.

Nesse contexto, a adaptação da cidade de Campina Grande ao meio informacional intensificou a coexistência de níveis distintos da atividade comercial, na medida em que modernas atividades eram inseridas, e atividades comerciais pouco capitalizadas que entravam em vertiginosa expansão, conformando um espaço dividido, fragmentado e hierarquizado.

### **Divisão territorial do trabalho e formas de uso do território: a coexistência dos circuitos nas ruas que margeiam o mercado da feira central**

A cidade, assim como o espaço geográfico, é entendida por Silveira (2009) como uma superposição de trabalho morto – meio construído – em um par indissociável com divisões do trabalho vivo – sistemas de ação – onde a lógica de organização dos objetos e densidade dos fluxos produz áreas diferentemente equipadas e diferencialmente valorizadas, criando uma seletividade e uma hierarquia no espaço dividido da urbe.

Os circuitos, neste sentido, mantêm estreita relação com as sucessivas divisões intraurbanas do trabalho onde os agentes econômicos hegemônicos escolhem para si as áreas valorizadas e bem localizadas/equipadas da urbe, criando, assim,

a hierarquia dos lugares na cidade. Esta é a econômica política da cidade (SANTOS, 2012), que trata de como a urbe se organiza em face do modo de produção hegemônico e como os diversos atores da vida urbana encontram lugar na cidade e em cada pedaço de tempo, seja utilizando o território como abrigo ou como recurso.

Silveira (2004), ao propor um retrato do lugar a partir dos circuitos da economia urbana, assevera que:

La ciudad es una totalidad, hecha de cosas y personas, de objetos y relaciones, de formas y acciones, en un movimiento desigual y combinado, en una dinámica de cooperación y conflicto [...] vista como un medio construido (una determinada materialidad, es decir, puntos, líneas y manchas, contiguas o no) y como un gran mercado (un conjunto de actividades realizadas en cierto contexto y el sector de la población asociado por la actividad y por el consumo). Por eso podemos decir que, en la ciudad, todas las actividades encuentran su lugar (Silveira, 2004, p. 57).

Tal assertiva explica o meio ambiente deteriorado que buscamos entender em nosso recorte de estudo, porque em função da fragmentação da cidade a área da feira foi se tornando opaca aos vetores mais modernos que chegam ao território campinense, tendo em vista que “o processo de renovação do meio construído não ocorre, de forma homogênea e simultânea no conjunto do tecido urbano, assumindo, conseqüentemente, um caráter seletivo e excludente” (MONTENGRO, 2006, p. 62). Ainda que outros recortes da cidade sejam mais modernos do ponto de vista dos eventos e objetos técnicos que a cidade acolhe, os lugares degradados, como a área da feira central onde se situam o recorte empírico do estudo, participam e são funcionais à logicidade mercadológica.

Embora seja uma capital regional (nível C)<sup>v</sup> que ainda exerce grande influência na rede urbana paraibana em relação ao setor tecnológico, oferta de serviços em saúde e educação, Campina Grande abriga também os tempos mais lentos, hegemônicos, e atividades que possibilitam rentabilidade apenas no nível da sobrevivência. Dessa forma, é possível considerar, a partir do pensamento de Santos (2012), que:

A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as valorizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam os usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes. Cada

lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho não lhe é indiferente (SANTOS, 2012, p.129).

Esta é a dialética do espaço. Seja no território nacional ou na cidade verificam-se processos desiguais de modernização que são frutos das lógicas distintas da repartição do trabalho e dos recursos. Determinados lugares obedecem ao uso corporativo e outros, desinteressantes ao grande capital, servem como abrigo à reprodução das atividades do circuito inferior. O processo desigual dos eventos modernizantes mantém também uma dialética com o meio construído e a forma como o trabalho é repartido, uma vez que:

Os agentes que desenvolvem divisões do trabalho alicerçadas nas mais recentes inovações técnico-científico-financeiras exigem a modernização de certas porções da cidade, buscam compartimentar o meio construído e tornar suas ações mais seletivas e eficientes. Entretanto, como num movimento desigual e combinado, a valorização de um pedaço da cidade não se realiza sem a desvalorização das demais, pois a massa de dinheiro social é direcionada para as áreas que demandam altos capitais fixos e de giro (Montenegro, 2006, p. 69).

Na divisão do território usado, o circuito superior cria a conjuntura espacial e o inferior a ela se adapta, reproduzindo-se nos interstícios deixados pelas atividades hipercapitalizadas, fazendo-se presente apenas onde o arranjo entre sistema de objetos e de ações lhe permite instalar-se. A própria hegemonia do circuito superior faz com que a expansão do circuito inferior ocorra em função de sua dinâmica. Isto quer dizer que o circuito inferior cresce à sombra do superior, e as atividades dos que são economicamente vulneráveis se expande à medida que a exploração aumenta.

Se assumirmos a cidade tendo como horizonte a formação socioespacial (quicá, o mundo), devemos levar em conta a análise de Montenegro (2006) sobre dois processos inter-relacionados que caracterizam o território brasileiro na era da globalização, e que se materializam nos lugares: *a modernização e o desemprego*, característicos da urbanização recente e de caráter terciária. Se por um lado há grande difusão das modernizações tecnológicas, por outro há cada vez mais a crescente produção da pobreza que caracteriza a crise urbana nos fins do século XX, em Campina Grande, face à sua adaptação ao meio técnico científico informal.

Neste contexto, Campina Grande torna-se palco da modernização de certas parcelas do território urbano. No entanto, também se constata a precarização das formas de trabalho e o alargamento do desemprego. O resultado é a existência de um conjunto diverso de atividades desenvolvidas no âmbito do circuito que aglutina agentes economicamente vulneráveis com capacidade distinta de uso da

técnica, do dinheiro e da propaganda, mas estão inclusos no mesmo circuito e são sintomáticos da crise de postos de trabalho que a cidade passa.

Alguns destes agentes, pela quase impossibilidade de uso das variáveis do nosso tempo, só podem desenvolver atividades ambulantes que utilizam mercadorias de baixíssimo custo. Outros, dispendo de rendas maiores, se estabelecem em pontos fixos e podem adquirir diferentes tipos de bens ou oferecer certos serviços que exigem um montante maior de recursos financeiros.

Devido à concentração e saturação de objetos comerciais de alta capitalização no hipercentro, as atividades do circuito inferior que demandam um estabelecimento para sua reprodução encontram dificuldades de se fixarem no recorte de uso intensivo do centro tradicional, passando a se localizar em vias contíguas e no entorno da feira.

Até mesmo atividades do circuito superior apresentam forte presença na área da feira central, por dois motivos principais: o primeiro é a vantagem locacional e de especialização funcional que a feira oferece, e o segundo trata-se das condições de degradação do meio construído. Entendendo que na cidade de Campina Grande se verifica a coexistência de áreas envelhecidas, do ponto de vista das inovações técnicas pela ação política, e áreas de recente modernização, muito valorizadas do ponto de vista da produtividade por poderem oferecer uma racionalização mais eficaz, procuramos entender o dinamismo e funcionamento do circuito inferior da economia na área da feira central, visto que o ambiente construído, relativamente degradado, possibilita a reprodução do referido subsistema.

Este espaço que compõe nosso objeto de análise é composto pelas seguintes ruas: a) Manoel Pereira de Araújo, b) Marcílio Dias, c) Deputado José Tavares, d) Cristóvão Colombo, e) Dr. Carlos Agra, f) Capitão João de Sá. Nessas ruas, há predominância de atividades pertencente ao circuito inferior da economia urbana, porém com presença menor, às vezes lado a lado, de atividades do circuito superior. As formas de uso do solo, seja como recurso ou como abrigo pelos agentes hegemônicos e hegemonzados, se dá de forma conjunta e dialética, relacionando-se pela contiguidade dentro de um espaço coeso de suas funções, expresso pela força e centralidade da feira.

A existência dos dois circuitos no entorno da feira é um dado consolidado, pois, como destacou Costa (2003), apesar de tipicamente pertencer ao circuito inferior da economia, a feira congregou comerciantes varejistas e atacadistas que conseguiram se tornar grandes comerciantes e fizeram fortuna na época áurea do comércio campinense.

Com o estudo em tela constatou-se que este pedaço da cidade é um meio construído deteriorado, inclusive nos trechos ocupados pelo circuito superior, onde a infraestrutura dos estabelecimentos, que são majoritariamente voltados ao comércio, é contemporânea à construção do mercado da feira. A realização destas atividades altamente capitalizadas também se desenvolve em formas (galpões) degradadas, vindas de uma divisão pretérita do trabalho.

Enquanto em outras áreas da cidade o circuito superior produz infraestruturas novas ou dá aspecto renovado a formas pretéritas, em algumas ruas do entorno do mercado da feira central, como é o caso da Rua Cristovão Colombo, as atividades podem se reproduzir sem que haja necessidade de uma renovação da aparência. No recorte citado, a coexistência (antagonismo e complementariedade) de repartições do trabalho entre agentes que usam corporativamente o território e agentes que por sua condição econômica frágil só podem utilizá-lo como lenitivo é vista claramente.

A existência do circuito superior no entorno da feira trata-se, na verdade, de sua porção marginal, pois são formas de comércio atacadistas altamente capitalizadas, porém menos modernas do ponto de vista organizacional e tecnológico.

No século XXI há uma questão estruturante: a difusão das variáveis do período aumenta a divisão do trabalho (MONTENEGRO, 2006). Dessa forma, inúmeras atividades, apesar de imprescindíveis à economia superior, não são prioridades para os agentes hegemônicos. Nesse novo contexto, como coloca Silveira (2013, p. 66, grifo nosso), “transportes, consertos, *distribuição, abastecimento*, contabilidade, produção de certos insumos ou serviços, entre tantas outras, são atividades confiadas a firmas de capitais mais reduzidos, cuja interlocução com a técnica e a organização do circuito superior é a condição mesma da sua existência”.

Esse circuito emergente, que nas últimas décadas se alastra nas ruas do entorno do mercado da feira central, só se faz presente porque as grandes firmas do circuito moderno deixam interstícios, isto é, as faixas de mercado e as áreas geográficas onde não querem ou não podem operar.

Como nos orienta Costa (2003), a feira não é uma completa cristalização do passado, onde o tempo parou. Ela é, ao contrário, caracterizada por “uma inércia dinâmica”, que sobrepõe elementos do passado, mas que também absorve modernizações do presente, as quais muitas vezes são adaptadas à estrutura preexistente, dando lugar a novas formas e ações.

Portanto, ela é o ponto de contato entre o moderno e o não moderno, onde o circuito inferior muitas vezes está bem próximo da caracterização feita por Santos (1977). É certo que “esta capacidade de equilíbrio entre situações aparentemente antagônicas que possibilita à Feira, mesmo sem o apogeu de outrora, chegar ao meio atual com a força que ainda dispõe” (COSTA, 2003, p. 94).

Nessa linha de reflexão, o entorno do mercado da feira se caracteriza por acolher alguns nexos de modernizações, e arrojadas resistências, que fazem com este espaço seja rugoso apesar de estar em constante transformação, pois as modernizações absorvidas são readaptadas às virtualidades do lugar. A partir desta dialética que se estabelece entre os dois circuitos e o meio construído é que se dá o processo de apropriação e refuncionalização das antigas infraestruturas pelo novo uso, conformando um diverso espaço banal onde vetores e distintas formas de fazer e produzir se entrecruzam sob lógicas igualmente diferentes, chamando às velhas formas a acolher novas funções.

Portanto, é preciso lembrar que a totalidade dos comerciantes inseridos no circuito inferior que incorporaram as variáveis do período atual (instrumentos tecnológicos banalizados, finanças, máquinas de cartões) não transgrediram as limitações de acesso para poder ter melhor rentabilidade e dificultaram intencionalmente a vida economia dos indivíduos que só podem se utilizar do circuito inferior.

As maquinetas, para citar um exemplo, implicam em aceleração da drenagem da economia popular. Assim, as finanças deixam de ser um fenômeno distante e passam a intermediar o consumo que possibilita a antecipação de recursos. Este é outro ponto que demonstra ações de coexistência entre os dois sistemas na área da feira, uma vez que se há incessante busca pelo dinheiro líquido, há também crescente uso – apesar da usura – de cartões de crédito fornecidos por grupos financeiros pertencentes ao setor moderno.

Desse modo, a capilaridade da técnica, da informação e das finanças viabiliza a expansão social e territorial do mercado financeiro e invadem o cotidiano, fazendo com que ambas as atividades dos circuitos participem da logicidade mercadológica comandada pela mais-valia em nível global.

### **Novos conteúdos e funções em formas pretéritas**

O processo de divisão do trabalho endógeno à cidade é feito mediante ininterrupta reprodução e mudança dos usos do território no qual uma escrita espacial é superposta sobre outra preexistente (Santos, 2013). Nesta dialética do espaço, algumas alterações são apenas funcionais, ou, como preferimos tratar, refuncionalizações. Nesta perspectiva, conforme Santos (2017, p. 96), “o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar”. Contudo, a vida que anima as formas e produz fluxos e o cotidiano será distinto.

A refuncionalização é, em nossa leitura, o sistema de ações realizando-se e refazendo-se sobre objetos preexistentes que foram socialmente criados em uma divisão anterior do trabalho. Trata-se, portanto, de alterações de velhas formas para adequação às novas exigências em dado lugar. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada, ou seja, sua datação e realidade material em um contexto específico e a lógica do tempo presente que possui novos funcionamentos e significados.

Isso nos remete à precedência da ação colocada por Milton Santos (2017), no sentido de que são as ações que definem os objetos, dando-lhes um sentido. Fora delas a realidade filosófica dos objetos é inexistente. Por outro lado, os objetos não são indiferentes à realização das ações, pois é deste modo que se dá a relação dialética e indissociável entre os sistemas de objetos e sistemas de ação.

Sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Na verdade, como as formas geográficas contêm frações do social elas não são apenas formas, mas *formas conteúdo*. Estas formas pretéritas resultam de um

processo social que está sempre deixando heranças e estas vão se constituindo como condição para as novas etapas. A cada período o processo social (viabilizado pelo sistema de ações) distribui seus fatores em função da condição de um espaço preexistente. Assim, há uma evolução desigual do espaço (o novo não se sobrepõe em sua totalidade), sendo as rugosidades a maior expressão disto. Santos (2017) esclarece que esta herança material é tudo

[...] o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (Santos, 2017, p. 140).

Em todos os lugares o tempo do agora se defronta com o tempo passado que está materializado nas formas. Por isso, é possível dizer que o tempo atual está acorrentado às circunstâncias anteriores, pois esse movimento representa aquilo que Santos (2017) chamou de inércia dinâmica do espaço. Os edifícios, os galpões, as residências e o próprio mercado da feira são a expressão mais clara da rugosidade que vem do passado, não pela idade de criação dos objetos, mas pelas novas funcionalidades que acolhem dentro da atual lógica de divisão do trabalho.

Esta nova lógica traduzida na utilização dos espaços das residências e dos galpões em um primeiro momento, e posteriormente a sua refuncionalização total para a oferta de comércio e/ou serviços voltados a uma população economicamente pobre, atende, por um lado, a demanda por bens e serviços da economia popular, e, por outro lado, possibilita a geração de renda derivada da escassez e da deterioração do emprego. Outra questão que reforça a refuncionalização é que no plano econômico a lógica da acumulação ganha cada vez mais força na cidade contemporânea, tornando o próprio espaço uma mercadoria. Desse modo, a lógica mercadológica redefine os lugares do morar e de comercializar.

A refuncionalização e, portanto, a reorganização espacial nas ruas do entorno do mercado central, apesar de ter a participação massiva do circuito inferior e ser dotado de resistências, atende às necessidades das ações hegemônicas. Portanto, o circuito inferior que põe em marcha esse processo além de ser abrigo para os que são economicamente vulneráveis é, na mesma medida, uma adequação cada vez mais dependente à conjuntura criada pelo circuito superior.

Além disso, a transformação das residências em objetos mercadológicos conduz a uma multiplicação das formas de trabalho de baixa capilaridade, sendo elas muito ligadas e dependentes dos lugares onde estão inseridas. Logo, a força do

circuito inferior é decorrente da força da feira central. É pela força dos fluxos que a feira livre concentra e dispersa as formas pretéritas que vão “ganhando” novas funcionalidades.

Nas ruas do entorno do mercado da feira central, a refuncionalização das unidades residenciais pelo circuito inferior é dotada de especificidades no que se refere a quantidade e a natureza das transformações, que podem ocorrer em duas situações: a primeira é a mudança do conteúdo da forma residencial sem haver alteração morfológica. Nesse caso a forma torna-se híbrida, pois a diversidade de atividades de comércio e serviço mescla o cotidiano familiar e o trabalho para geração autônoma de renda. Os objetos, anteriormente residenciais ou despensas, só podem restritamente acolher os novos conteúdos mercantis. As atividades que melhor se adequam a esta condição são os pequenos comércios, como lanchonetes, vestuários, lojinhas de eletrônicos, bijuterias, etc. Ou ainda, serviços como, por exemplo, barbearias, consertos de relógios e chaves, copiadoras, costureiras e atividades do gênero.

Outra situação, que frequentemente é uma fase posterior à transformação funcional, é a alteração da forma dos objetos. Estes adquirem, pela lógica mercadológica e expansão das dependências, a possibilidade de acolher maior conjunto de conteúdo. Nessa fase, a aparência residencial é escamoteada e as unidades residenciais, galpões ou outro tipo de forma vão sendo incorporadas ao trabalho morto de uso mercantil, em que são criadas especializações funcionais ou, como apontou Silveira (2015), “áreas de especialização” onde os objetos formam uma coesão. Nesta fase, a quantidade de residências é residual e estão em vias de ser incorporada ao uso comercial dada a linha de força criada pelo modo como os objetos estão dispostos no tecido urbano, e como são utilizados.

Nesse processo, as ruas vão se tornando cada vez mais estranhas ao habitar e mais comercial na medida em que as ações orientadas pela generalização da mercadoria, juntamente com a hipertelia da quase totalidade dos objetos, impõem a transformação do uso do solo nos poucos objetos residuais caracterizados pela função residencial. Assim, na nova divisão do trabalho, novas funções são dadas a velhas formas.

Esta refuncionalização tal como e onde ocorre, nas vias da área central, dá-se mediante a seletividade espacial endógena ao espaço no sistema capitalista. Assim, conforme nos diz Silveira (2004, p. 63) “à medida que a expansão do ambiente construído se acelera, a valorização e a desvalorização de pedaços da cidade são frenéticas, possibilitando a instalação, aqui ou ali, de atividades menos capazes de valorizar os seus produtos”. É desse modo que o entorno da feira, por uma desvalorização seletiva, torna-se propício para abrigar o circuito inferior nas antigas unidades residenciais, galpões, despensas e outros tipos de estrutura.

É nesse contexto que a relação de concorrência e complementaridade entre os circuitos se dá no entorno da feira, quando as firmas do circuito marginal de estivas e cereais distribuem a produção para os pequenos comércios ou quando

firmas deste mesmo circuito compram a produção/serviço das pequenas fábricas de marcenaria localizados naquela porção territorial da cidade.

Apesar de o meio construído ser propício para a reprodução do circuito inferior, dado o envelhecimento e a degradação das formas e de sua arquitetura (datada de meados do século passado), é preciso destacar que a presença de estabelecimentos deste circuito não é dominante onde o valor dos aluguéis é mais elevado. Este é um fator de restrição, alargando, assim, a presença do circuito superior marginal. Portanto, as formas pretéritas são recriadas para responder as necessidades novas ou renovadas. Assim, a refuncionalização tem possibilitado tanto o alargamento das formas do circuito inferior que atende a demanda da pobreza urbana, quanto às formas do circuito superior que respondem às imposições da modernização criadora da desigualdade.

#### **Das especificidades do circuito inferior na área da feira central de Campina Grande: Circuito inferior central ou circuito inferior residencial?**

O circuito inferior se constitui por uma grande diversidade de atividades, conteúdos e funções cujo capital e tecnologia empregados são pouco densos, conforme pontuado anteriormente. Contudo, o circuito inferior que tratamos aqui é restrito as atividades reproduzidas em fixos geográficos, em unidades residenciais, despensas ou infraestruturas do tipo.

Apesar de representar um nível de capitalização distinto dos ambulantes e camelôs, alguns comerciantes do entorno da feira, sobretudo os que dispõem de recursos para ocupar formas fixas e desenvolver atividades economicamente mais rentáveis, efetuaram o registro do estabelecimento na condição de microempresas. Tal fato, não implica em mudança radical de estratificação dentro da classe social a que pertencem. Estes agentes continuam inseridos em uma situação de pobreza e vulnerabilidade, ainda que disponham de moradia e de uma condição mais segura. Por isso, eles não são “menos” circuito inferior em relação àqueles que ocupam as calçadas de seus estabelecimentos.

É esta segmentação dentro do circuito inferior que condiciona a seus atores a ocupar diferenciadas áreas do meio construído, já que não logram forças para pagar pelas localizações mais favoráveis definidas pela lógica vigente. Há aqui um fato de compreensão indispensável: trata-se da equação entre custos das localizações e a capacidade de lucratividade das atividades desenvolvidas. Isso quer dizer que determinadas atividades e tipos de comércio não podem “sobreviver” a determinados custos de localização. Assim, constatamos durante as pesquisas em campo que os agentes do circuito inferior a partir de sua condição econômica procuram nos interstícios do meio construído os estabelecimentos inseridos em localizações que permitam o desenvolvimento de suas atividades.

Desse modo, eles só podem estar localizados onde o arranjo de objetos e ações lhes possibilita instalar-se mediante sua força econômica. Milton Santos (2008) nos diz que a especialização e diversidade do circuito inferior aumentam conforme o

tamanho da cidade, onde, a partir de certa dimensão, podemos distinguir dois tipos desse subsistema inferior; um é o *circuito inferior central* e o outro o *circuito inferior residencial*. O que os distingue são a sua localização e o seu funcionamento, uma vez que:

o primeiro está ligado à população do centro, mas caracteriza-se, além disso, pelas relações privilegiadas com as outras atividades centrais, entre as quais as atividades do setor moderno; sua clientela aliás, ocasionalmente pode ser a mesma do circuito superior. O circuito inferior residencial é totalmente ligado à população; no centro, portanto, as ligações entre os diversos elementos da economia urbana são mais numerosas e frequentes. [...] nos bairros é a necessidade de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro que explica a presença deste circuito inferior (Santos, 2008, p. 350.)

No circuito inferior central sua dinâmica e localização estão ligadas à força dos fluxos que as áreas centrais movem. Ele sobrevive em um meio construído no qual o arranjo das ações e objetos possibilita grande circulação e acolhe uma diversidade de capitais vinculados a atividades modernas e não modernas. Já o circuito residencial inferior se localiza em bairros mais afastados da centralidade e atende a demanda da população mais pobre da cidade e que possui mais dificuldade de mobilidade até o centro. Nesse caso, a demanda por atividades e a necessidade de geração de renda conduz a um processo de utilização da casa como ativo (Medeiros *et al*, 2020).

Esse circuito residencial não cria estruturas, mas utiliza espaços da casa e da rua para a reprodução das atividades. Trata-se de um meio não renovado do ponto de vista da infraestrutura dos fixos, mas requalificado do ponto de vista dos usos e das funções que estes fixos podem acolher, sendo, assim, um meio construído adequado à nova lógica das modernizações.

Nessa linha de reflexão é possível afirmar que o circuito inferior no entorno do mercado central da feira é dotado de uma especificidade, pois ele não é propriamente central e nem inteiramente residencial. Ele se caracteriza como um híbrido, sendo “central” pela localização e relacionamento que mantém com atividades modernas do circuito superior, e inferior “residencial” pelo dado característico da utilização da residência como forma-mercadoria. Essa forma híbrida ocorre porque os atores não hegemônicos não podem criar formas novas, mas sim apenas utilizar formas que já estavam prontas, aproveitando-se dos interstícios produzidos pelo circuito superior. Por outro lado, o circuito em questão é dependente da contiguidade e das relações estabelecidas com o circuito superior marginal e da centralidade que é ainda exercida pela feira. Assim, os circuitos espaciais do sistema inferior em tela são muito mais abrangentes do que os de um eventual circuito inferior residencial.

Além da questão substancial de localização e relacionamento com atividades do setor moderno, há outros entrelaçamentos entre as feições do circuito inferior que podem ser observadas no entorno da feira central. Para mencionar alguns desses nexos, em ambos o trabalho é intensivo, contudo a forma de organização utiliza tanto controle manuscrito quanto controle por meio de planilhas Excel ou aplicativos de celular. Isso demonstra a presença de novas feições no circuito inferior devido a algumas técnicas modernas flexíveis que vêm sendo incorporadas ao referido circuito, aumentando, mesmo que minimamente, a possibilidades de ação por parte dos atores não hegemônicos. Tais técnicas ora são instrumento de trabalho, ora são produtos de comercialização. Apesar dessa inserção, constatamos a coexistência de formas de pagamento modernas e não modernas, tendo em vista que a caderneta para registro das compras, e conseqüentemente da dívida, ainda persiste e convive com as recentes tecnologias de pagamento, como o cartão de crédito e débito, o Pix e a transferência por meio de TED. Foi constatado que o controle de vendas é feito apenas por 12% dos entrevistados, 68% deles aceitam pagamento por Pix e apenas 37% aceitam cartões de crédito e de débito em um sistema usurário aonde as taxas de juros da maquineta chegam a 17% ao mês, quando as compras são parceladas.

Outro aspecto a ser destacado é que os empregos são em geral familiares, mas também há contratação de mão de obra. No caso de mão de obra empregada, a remuneração é baixa e a condição de trabalho se reproduz em um quadro de precarização, na qual os indivíduos se submetem a trabalhar sem direitos ou garantias constitucionais.

A publicidade, quando feita, é criada pelos próprios proprietários e extrapola a ação boca a boca. Em alguns estabelecimentos a propaganda ocorre por intermédio de pinturas nas paredes ou por placas indicativas de preços, produtos e horário de funcionamento. Em outros, ela se dá por meio da Internet. Nesse caso, as mídias digitais e plataformação representam grande papel no desenvolvimento das atividades do circuito, aumentando ou assegurando o alcance da centralidade ao fazer conexão com lugares distantes de modo rápido e sem custos com propaganda, uma vez que, por meio das redes sociais (Facebook e Instagram), são criadas páginas pessoais para divulgação dos produtos e canais de contato direto com os clientes. Outra forma de propaganda é o envio direto pelo WhatsApp dos novos produtos, dos serviços e das promoções. Este é o modo característico de relação entre a clientela e os proprietários, uma forma direta e pessoal, onde podem combinar preços, prazos e encomendas.

Por fim, cabe destacar que a força da centralidade da feira emana não só pela massiva presença dos feirantes que ocupam o mercado central, mas também pela presença de inúmeras pequenas movelarias, marcenarias, serralharia, metalúrgica, oficinas mecânicas, casa de rações e cereais, mini boxes, mercadinhos, dentre outros tipos de comércio e serviços, que se localizam especialmente nas ruas em que realizamos a pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento de pequenas firmas de capital reduzido, instaladas em fixos residenciais na área central de Campina Grande, constitui-se, como demonstrado, em uma resposta local às dinâmicas globais de mercado, materializadas pela expansão do consumo que, historicamente, condiciona a formação territorial da cidade. O circuito inferior da economia urbana em Campina Grande se estrutura a partir da demanda gerada pelo conjunto da vida urbana para atender às necessidades da população em situação de vulnerabilidade econômica. Tal processo, sustentado pelas desigualdades de acesso — quantitativas e qualitativas — a bens e serviços, impõe uma forma própria de organização espacial, na qual o meio construído desempenha papel central na reprodução dos circuitos.

A existência de um meio edificado relativamente desvalorizado, em termos de modernização, nas áreas periféricas do centro, associada à intensidade dos fluxos urbanos, favorece o processo de refuncionalização. Esse processo não pressupõe a criação de novas estruturas, mas sim a apropriação e transformação dos espaços residenciais em estabelecimentos de pequeno porte e microempresas que demandam baixa sofisticação técnica e pouco capital de giro.

Diante do que foi exposto ao longo do texto, é possível concluir que essas áreas, caracterizadas pela fragmentação do espaço e pela intensa circulação de pessoas, transportes, capitais, ideias e informações, configuram-se como ambientes privilegiados para a realização e coexistência dos circuitos da economia urbana, com destaque para o circuito inferior que se adapta e se reproduz a partir das condições concretas da cidade de Campina Grande.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957). 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

ARROYO, Mónica. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (org.). Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. Cap. 2. p. 53-63.

BLOG, Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2019/03/memoria-fotografica-foto-de-grandena.html#.X68LU3RKjIU>. Acesso em Junho de 2020.

CÂMARA, Epaminondas. Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado à vila (1697 – 1864). Campina Grande: Caravela, 1999, 124 p.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Campina Grande e sua Função como Capital Regional. Revista Brasileira de Geografia, São Paulo, v. 4, n. 25, p. 415-453, dez. 1963.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 1997. 98 p.

COSTA, Antônio Albuquerque. Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE: Recife, 2003.

DINIZ, Lincoln da Silva. As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, UFPE, Recife, 2004.

DINIZ, Kaio Santos. Revitalização urbana: uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande - PB (2000-2016). 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, UFPB, João Pessoa, 2018.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; COSTA, Antonio Albuquerque da. O apogeu do comércio algodoeiro e seus reflexos no espaço citadino de Campina Grande-PB. In: SILVA, Keila Queiroz; OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de (org.). Caminhadas pela cidade Campina Grande sob diversos olhares. João Pessoa: Ideia, 2023. Cap. 1. p. 13-43.

LIMA, Damião de. O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em campina grande. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, UFCG, Campina Grande, 1996.

MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. Centro e Centralidade em Cidades Médias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. Revista Geográfica Venezolana, vol. 53, núm. 1, 2012, pp. 147-164.

\_\_\_\_\_. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contraracionalidades do cotidiano. GEOgraphia, v. 19, n. 40, p. 92 - 106, 5 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Globalização, pobreza e trabalho no Brasil Metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, USP, São Paulo.

QUEIROZ, Marcus Vinicius de. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de campina grande em transformação (1930 - 1950). 2008. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton Santos. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], n. 53, p. 35-60, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1096>. Acesso em: 28 dez. 2022

\_\_\_\_\_. A forma e o tempo: a história da cidade e do urbano. In: SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. Cap. 6. p. 68-73.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017. 384 p.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 120 p.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 440 p.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo : Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade**: O caso de São Paulo . 2. ed. São Paulo Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 32. ed. São Paulo: Record, 2021.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013. 135 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Hosana Vieira da. O circuito inferior da economia na principal área comercial de Campina Grande – PB: a permanência e expansão dos ambulantes e camelôs. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, UFPB, João Pessoa, 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana; Associação dos Geógrafos Brasileiros; Ciência Geográfica; XVII; 1; 1- 2013; 63-701413-7461

\_\_\_\_\_. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. Cadernos CRH, Universidade Federal da Bahia, v. 22, nº 55, p. 65-76, 2009.

\_\_\_\_\_. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. Geosp– Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

\_\_\_\_\_. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. CDC, Caracas , v. 21, n. 57, p. 3-22, sept. 2004. Disponível em <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082004000300002&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000300002&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 14 sept. 2023.

\_\_\_\_\_. “Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia”. *Revista Território*, ano IV, n. 6, 1999.

SOUZA, Fabio Gutemberg de. Cartografia e Imagens da Cidade: Campina Grande, 1920 - 1945. 2001. 378 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em História, Unicamp, Campinas, 2001.

Contato com o autor: jadiellucas19@gmail.com

Recebido em: 03/06/2025

Aprovado em: 27/12/2025

---

<sup>i</sup> No seio da discussão da economia urbana dependente, os autores liberais frequentemente comparavam a situação atual dos países subdesenvolvidos com a dos países desenvolvidos na época da revolução industrial. Do mesmo modo, afirma Milton que era feita uma comparação entre os circuitos e a situação da produção e do emprego na época mencionada. Santos admite que haja semelhanças, mas estas, não representam igual condição e mecanismos, nas palavras dele “poder-se-ia falar em pobreza com segurança nos países do centro e pobreza sem segurança nos países atrasados. Essa é a diferença fundamental entre as duas realidades, mais que qualquer outra razão, isso contribui para explicar por que não se pode falar da existência de um circuito inferior da economia urbana em países desenvolvidos” (SANTOS, 2008, p. 74).

<sup>ii</sup> Aranha (1991) escreve que o primeiro contato de Campina Grande com o algodão ocorreu na esfera da produção. Só se pode a ela se referir como centro mercantil a partir do século XX, sobretudo com a chegada da estrada de ferro.

<sup>iii</sup> Para Milton Santos, os sistemas de engenharia quando adicionados ao território funcionam como verdadeiras “próteses”, mecanizando o espaço e produzindo fluxos cada vez mais velozes.

<sup>iv</sup> A tendência para construção de shoppings em Campina Grande data da década de 1980, quando, por ação da municipalidade foi construído nas proximidades do centro, o *Shopping Center Campina Grande*, que, para Costa (2003), se tratava na verdade de um conjunto de galerias. A existência deste objeto atraiu para entorno grande número de lojas e também de fluxos de pessoas. No início da década de 1990 foi construído o Shopping Luiza Motta, no Bairro do Catolé, se tratava de um shopping de fábrica, voltado ao setor popular, mas que, aos poucos acolheu lojas de grife, representando assim, o início do processo de descentralização comercial.

<sup>v</sup> Conforme o REGIC (2018) as capitais regionais são “os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoes”.